

O paradoxo da autonomia dos afrodescendentes no pacífico colombiano

*The paradox of the autonomy of Afro-descendants in the
Colombian Pacific*

Mireya E. Valencia Perafán

*Doutora em Ciências Sociais, professora da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
End. Eletrônico: mireya@unb.br*

doi:10.18472/SustDeb.v10n3.2019. 27193

BOOK REVIEW

Claudia Leal. *Landscapes of Freedom - Building a Postemancipation Society in the Rainforests of Western Colombia*. Tucson: The University of Arizona Press. 2018. 336 p. ISBN – 13: 978-0-8165-3674-0 (cloth). US\$55,00. Figuras, mapas, gráficos, tabelas, bibliografia e índice remissivo.

Em “Paisagens de Liberdade”, Claudia Leal se propõe com sucesso a analisar a evolução econômica e social do Pacífico Colombiano e como isso condicionou a situação atual da região. A partir de uma abordagem ambiental da história social, utiliza como principais conceitos orientadores da análise a economia extrativista e as áreas racializadas para, dessa forma, oferecer elementos que ajudam a entender um aspecto crucial da América Latina moderna: a transição da escravidão para a liberdade.

A contribuição deste estudo de caso – uma região e uma problemática esquecidas no mapa histórico da América Latina africana – é uma pertinente reconstrução da trajetória pós-emancipação onde desenhasse uma paisagem racializada com transformações materiais no ambiente florestal e as mudanças nos significados atribuídos a eles por autores que deixaram registros históricos da região.

O Pacífico Colombiano é uma das regiões mais úmidas do planeta, com uma precipitação que chega, no alto Chocó, a mais de 8.000 mm de chuva por ano e de 4.000 mm nas regiões mais baixas (na Amazônia a precipitação é de 2.000 mm/ano). As condições climáticas fazem com que seja uma das regiões do mundo com mais alto índice de endemismo (fenômeno no qual uma espécie ocorre exclusivamente em determinada região geográfica) e biodiversidade.

O que autora analisa de maneira substancial e com riqueza de detalhes é que, após da emancipação dos escravos, as comunidades de afrodescendentes atingiram um grau de autonomia muito superior à de quaisquer outros grupos semelhantes em áreas rurais.

A atividade econômica principal na região, no período colonial e após a independência, foi a extração de ouro com o uso de mão de obra escrava. Mas, o limitado poder de senhores de escravo de impor as condições de trabalho e evitar as fugas levou a arranjos com os trabalhadores negros que tornaram possível a estes obter melhores condições de trabalho e de vida. À medida em que se esgotaram as áreas de produção de ouro, os escravos obtiveram a liberdade principalmente pela compra da própria alforria e, na maioria dos casos, se mantiveram como pessoas livres nas regiões de mineração. A falta

de capital dos brancos, donos das minas, fez que em vez de investir na produção, tentassem vender ou alugar as áreas de exploração. Dessa forma, os brancos, mantinham as minas rentáveis mesmo depois do fim da escravidão ao alugar as minas em vez de pagar salários aos trabalhadores.

A falta de controle rígido sobre a exploração dos veios de ouro permitiu a muitos afrodescendentes obter recursos para adquirir a própria liberdade ou a de seus familiares. Nesse contexto de perda de produtividade de outro e de falta de capital dos donos das minerações, inicialmente no Chocó e depois em toda a região, aumentaram as possibilidades de uma crescente população negra ter acesso às áreas de garimpo e mineração.

Antes que a escravidão fosse totalmente abolida, a redução da atividade mineira, combinada com a escassez de gêneros encorajou muitos afrodescendentes livres a produzir alimentos em pequenas áreas à margem dos rios nas quais cultivavam cana de açúcar, fumo e criavam algumas cabeças de gado. Outros trabalhavam como comerciantes itinerantes, no transporte de mercadorias, na pesca e no artesanato.

Em meados do século XIX, quando foi abolida a escravidão na Colômbia, parte dos afrodescendentes não permaneceu nas áreas de mineração e partiu para outras áreas atraídos por oportunidades de outras formas de extrativismo. Entre elas estava a borracha e o marfim vegetal (sementes de Tagua, palma *Phytelephas macrocarpa*) que começava a ser comercializado no mercado mundial. Assim como os mineiros, aqueles que migraram e passaram a extrair o látex e as sementes de Tagua, o faziam de uma forma independente, sem empregadores. Além disso, não precisavam alugar as áreas de exploração porque atuavam em áreas públicas sobre as quais o Estado tinha pouco ou nenhum controle. Desta maneira, a economia extrativista se fortaleceu expandindo-se do subsolo para a floresta e das áreas de mineração para o resto da região.

O que a autora demonstra é que o processo de ocupação da região e de exploração condicionada pelos aspectos ambientais e pelo extrativismo revelam uma trajetória da região do Pacífico Colombiano incomum no que diz respeito ao processo de emancipação dos escravos em outras regiões pelos altos níveis de autonomia que alcançaram ao não estarem submetidos a chefes ou supervisores nas lavouras.

Examinar o acesso da população negra à atividade extrativista permite entender como a liberdade foi experimentada e entendida. Para os afrodescendentes, a condição legal de liberdade adquiriu um sentido concreto ao lhes dar a possibilidade de determinar o que fazer com seus corpos e, ao mesmo tempo, com seu tempo e em que lugar da floresta do Pacífico Colombiano.

Negros livres disfrutavam de liberdade de movimento, não apenas para se deslocar pelas florestas e, por meio de canoas, ao longo dos rios, mas também para escolher onde queriam viver. A extensão da região, sua riqueza e sua baixa densidade demográfica, permitiram que algumas áreas ocupadas sem conflito na costa e nas margens dos rios.

O fato de que essa população tenha disfrutado de liberdade e autonomia não explica um paradoxo. A mesma marginalidade inicial que as permitiu, no longo prazo reduziu as opções e as oportunidades dessa população. Isto é, sua capacidade de decidir como viver. Isso levou a baixos níveis de educação e renda, evidenciados por recentes indicadores econômicos e sociais. Entre 1990 e 2004, a região do Chocó era habitada por 1% da população colombiana, mas gerava apenas 0,4% do PIB, dados que têm paralelo na educação e no bem-estar. Em 2005, a porcentagem de pessoas que não sabiam ler o escrever no Chocó era mais que o dobro da média nacional.

A trajetória pós-emancipação muito particular da região, assim, tem um sabor agridoce, com afirma a autora: ao mesmo tempo em que alavancou a liberdade, foi onerosa numa perspectiva de longo prazo. A marginalização permitiu às pessoas negras disfrutar de liberdade, ocupar, controlar e explorar as ricas florestas costeiras com um importante legado cultural que foi subavaliado e mesmo desprezado, até seu reconhecimento oficial pela Constituição da Colômbia de 1991.

“Paisagens de liberdade” situa a floresta tropical mais úmida do mundo na evolução socioeconômica da região após o fim da escravidão, enfatizando as relações entre o ambiente e a população afrodescendente. É, sob este aspecto, uma reconstrução do passado dessa população e uma contribuição à comunidade nacional colombiana para que possa vir a ser mais inclusiva.